CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSO FISCAL Nº 100/2006
PROCESSO ORIGINAL Nº 01303.00459/2006-0
RECORRENTE: ITAPICURU AGRO INDUSTRIAL S.A.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 161/2006

EMENTA: ICMS - Obrigação Principal. Levantamento Específico Documental que constatou saídas de mercadorias sem emissão de documentos fiscais.

1. Ausência de provas capazes de elidirem a ação fiscal.
2. Fundamentação legal: artigos 1º, “caput” e 2º, I, da Lei 4.257/89, com redação dada pelo artigo 1º da Lei 4892/96, combinado com os artigos 166, § 4º, XXII, e 87, I, do RICMS; e artigo 1º do Decreto 9.740/97 e 315 do RICM.
3. Penalidade aplicada: artigo 78, II, “a”, da Lei 4.257/89, com redação dada pelo artigo 1º da Lei 4.892/96.
4. Recurso conhecido e não provido, para manter Decisão de Primeira Instância que julgou procedente em parte o Auto de Infração lavrado. Decisão unânime.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina (PI), 24 de outubro de 2006.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente
 CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - Conselheiro-Relator
 JOSÉ DE SOUSA BRITO - Conselheiro
 JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO - Conselheiro
 CHRISTIANNE ARRUDA - Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 352/2005
PROCESSO ORIGINAL: 346.1684/2004
RECORRENTE: AÇO FLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (IE
19.446.677-9
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
 Sessão realizada em 24 de outubro de 2006

ACÓRDÃO Nº 162/2006

EMENTA: ICMS. Obrigação principal. Serviços. Competência do Município. Falta de recolhimento do ICMS. Inocorrência.

1. Falta de recolhimento de ICMS.
2. Confecção de roscas, furos e consoles, sob encomenda.
3. Prestação de serviços sujeito ao Imposto de competência do Município, comprovadas em inspeção “in loco” e em prova documental.
4. Irregularidades formais não tem o condão de transformar um tributo de competência municipal em um tributo de competência do Estado.
5. Recurso conhecido e provido.
6. Decisão por unanimidade.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 29 de outubro de 2006.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Relator
 José de Sousa Brito – Conselheiro
 José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro
 Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro
 Christianne Arruda – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSOS FISCAIS Nº 234, 235 e 236/2005
PROCESSOS ORIGINAIS Nº 346.01381/2004, 346.01385/2004 e 346.01386/2004
RECORRENTE: VERBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 163/2006

EMENTA: ICMS - Obrigação principal. Conta Produtos Acabados.

1. A diferença entre as colunas créditos e débitos da conta produtos acabados evidencia vendas de mercadorias sem o correspondente pagamento do imposto devido.
2. O imposto de importação é um custo de fabricação, devendo ser discriminado na coluna débito.
3. Fundamentação legal: art. 1º, “caput”; e 2º, I, da Lei 4.257/89, com redação do art. 1º da Lei 4.892/96, combinado com os art. 87, I, “d” e 166, § 4º, XXII, do RICMS; art. 1º do Dec. 9740/97; art. 315 e 316, do RICM, mantidos em vigor pelo art. 204 do RICMS.
4. Penalidade aplicada: artigo 78, II, “a” da Lei 4.257/89, com redação dada pelo artigo 1º da Lei 4.892/96.

5. Recursos conhecidos e providos em parte, para reformar Decisões de Primeira Instância.
6. Decisão unânime.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina (PI), 24 de outubro de 2006.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente
 CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - Conselheiro-Relator
 JOSÉ DE SOUSA BRITO - Conselheiro
 JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO - Conselheiro
 CHRISTIANNE ARRUDA - Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nº 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 033, 034, 035, 036/2004
RECORRENTE: BIKE DO NORDESTE S/A
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 164/2006

EMENTA: ICMS - Obrigação Principal. Incentivos Fiscais na importação de bens. Comprovação das condições. Ocorrência.

1. Autos de Infração lavrados por falta de recolhimento do ICMS devido à não comprovação de condições para fruição de incentivo fiscal relativo à importação de bens.
2. Mercadorias importadas amparadas por isenção de 100% do imposto, desde que comprovadas determinadas condições.
3. A Comissão de Incentivos Fiscais, por meio do parecer Técnico nº 025/2006, concluiu que a Empresa cumpriu, à época, os requisitos para fazer jus ao incentivo fiscal com dispensa de 100% (cem por cento) do ICMS na operação de importação das mercadorias.
4. Parecer da Procuradoria do Estado pelo provimento dos Recursos.
5. Recursos conhecidos e providos.
6. Decisão unânime.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina (PI), 24 de outubro de 2006.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAÚJO - Presidente
 CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES - Conselheiro-Relator
 JOSÉ DE SOUSA BRITO - Conselheiro
 JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO - Conselheiro
 CHRISTIANNE ARRUDA - Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
SEGUNDA CÂMARA – RECURSOS VOLUNTÁRIOS 119/2006 e 120/2006
PROCESSOS ORIGINAIS: 00301.02077/2005-4 e 003001.02078/2005-7
RECORRENTE: FRANCISCO DE ASSIS SANTOS
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO MIGUEL BARRADAS SOBRINHO

ACÓRDÃO 165/2006

Ementa: ICMS – Obrigações Principal e Acessória. Estoque de mercadorias sem documentos fiscais em depósito clandestino. Inocorrência.

1. O autuado provou não ser comerciante. As “mercadorias” objetos das autuações eram algumas peças pré-moldadas de cimento que ele fabricava, em seu quintal, com a finalidade de complementar renda oriunda de aposentadoria.
2. Recursos conhecidos e providos, no sentido de reformar as Decisões Monocráticas e anular as autuações subjacentes.
3. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI), 23 de outubro de 2006.

Getúlio Cavalcante – Presidente
 Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro-Relator
 Orlando Barbosa Paz Filho – Conselheiro
 Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro
 Flávio Coelho de Albuquerque – Procurador do Estado

P. P. 4133